

| 725 | ABORDAGENS ESPACIAIS DO URBANO: POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES DAS TRANSPOSIÇÕES ESCALARES

Roddrigo Nunes Ferreira

Resumo

Este artigo busca estabelecer um diálogo com as abordagens teóricas sobre o espaço urbano, principalmente as de inspiração marxista, buscando destacar como estas perspectivas analíticas podem contribuir com a abordagem dos fenômenos sociais, em sua dimensão territorial, nas diversas escalas espaciais. A intenção é dialogar com as possibilidades de transcender as teorias sobre o espaço urbano para outras escalas de análise, procurando questionar a afirmação de Soja (1993) de que as teorias sócio-espaciais seriam incompletas, por não serem capazes de definir uma síntese transescalar.

Palavras-chave: espaço urbano, teorias sócio-espaciais, escala.

É fundamental a compreensão da realidade social tendo como base o tratamento analítico de um dos seus aspectos fundamentais: o território. Partindo dessa premissa, o objetivo desse artigo é dialogar com as possibilidades de transcender as teorias sobre o espaço urbano para outras escalas espaciais de análise. Busca-se questionar a afirmação de Soja (1993) de que as teorias sócio-espaciais seriam incompletas, por não serem capazes de definir “uma síntese transescalar da dialética sócio-espacial” (p. 104). Pretende-se estabelecer um diálogo com as abordagens teóricas sobre o espaço urbano, principalmente as de inspiração marxista, buscando destacar como estas perspectivas analíticas podem contribuir com a abordagem dos fenômenos sociais, em sua dimensão territorial, nas diversas escalas espaciais.

1. Um breve retorno

Antes de abordar as teorias de inspiração marxista sobre o espaço urbano convém fazer um breve retorno aos estudos da Escola de Chicago e dos neoclássicos. Estas abordagens conceberam o espaço urbano a partir de uma perspectiva ecológica, para Wirth (1973) a cidade deveria ser vista através de três características: a dimensão, a densidade e a heterogeneidade. Partindo da noção de densidade e da influência que a cidade passa a exercer no modo de vida das pessoas, Wirth elabora questionamentos que posteriormente seriam retomados pelos pesquisadores marxistas. Para Wirth (1973)

“as influências que as cidades exercem sobre a vida social do homem são maiores do que se poderia indicar a proporção da população urbana, pois a cidade não somente é, em graus sempre crescentes, a moradia e o local de trabalho do homem moderno, como é o centro iniciador e controlador da vida econômica, política e cultural que atraiu as localidades mais remotas do mundo para dentro de sua órbita” (Idem: p. 90).

Também convém recordar as contribuições aos estudos urbanos dos neoclássicos e seus modelos de organização do espaço urbano. Como os clássicos modelos de zonas urbanas concêntricas de Burgess (1925) e de setores radiais de Hoyt (1939), que consideravam o espaço como uma planície isotrópica, e a sociedade como um conjunto de unidades consumidoras, sejam elas as famílias ou as firmas, todas agindo em conformidade com a razão econômica (Garner, 1975). Para Villaça (1998), a grande falha dos modelos neoclássicos foi ter reduzido o espaço urbano-metropolitano a seus elementos fundamentais, exagerando na segregação e na simplificação das formas. Entretanto, o mesmo autor reconhece que, embora não sejam suficientes, esses modelos ainda podem ser úteis para a descrição e a definição de tipologias de ocupações metropolitanas (Villaça, 1998, p. 113-114).

As críticas e questionamentos feitos à abordagem da Escola de Chicago se deram em duas vertentes principais. Primeiro argumentou-se que seus estudos foram centrados em uma realidade social específica, a cidade de Chicago dos anos de 1920. Em segundo lugar destacou-se as limitações inerentes à esta abordagem, resultantes de seu apego ao darwinismo como forma de explicar a estruturação do espaço urbano, partindo do princípio de que a organização e regulação da vida em um território estava baseada na luta pela sobrevivência entre as espécies, resultando na alocação dos indivíduos mais bem preparados nas melhores porções do território (Remy e Voyé, 1976). Esta organização seria resultado de uma *ordem natural*, a *ordem ecológica* de Park, sendo, portanto, estas zonas urbanas *naturais*, surgidas como produto das forças que atuam na ordenação da população e das funções urbanas, manifestando tendências inerentes à condição urbana.

2. Um avanço

As transformações na organização da sociedade e a formação de um Estado intervencionista pós-crise de 1930 colocaram constantes limitações à capacidade explicativa dos estudos clássicos. A intervenção do Estado na organização do espaço urbano tornava-se cada vez mais evidente, a medida que se afirmava o modelo fordista de organização do capitalismo e seu espaço.

É neste contexto a abordagem marxista surge como resposta às limitações da *sociologia urbana* (Castells, 1976). Para Castells, o grande percussor desta nova corrente, a análise da sociedade urbana deveria ir além da simples constatação de uma forma espacial, como buscou fazer as abordagens clássicas. Seria necessário, portanto, estabelecer uma teoria sociológica que ultrapassasse os simples critérios geográficos mas que não se reduzisse à pura expressão de um processo econômico.

Apesar das ousadas pretensões iniciais, a abordagem castelliana seria profundamente influenciada pela análise estruturalista de Althusser. O que tornou-se uma limitação para a nova abordagem, pois esta não foi capaz de fugir da armadilha proposta pelo estruturalismo: a sobredeterminação do econômico. Castells direciona sua análise para o consumo, mais especificamente para o consumo de bens e serviços coletivos. Há nesta opção uma inversão da tendência nas análises urbanas, pois não se enxerga mais o espaço urbano como um resultante da produção, mais do consumo, assumindo papel fundamental a disputa pelo acesso e uso dos serviços de consumo coletivo na organização do espaço urbano.

Entretanto a análise que o autor faz do espaço é incompleta. Se, por um lado, teve a vantagem de apontar para os determinantes sociais da estruturação da organização da sociedade e o papel político do Estado. Por outro não conseguiu ir além da concepção simplista de espaço, encarando a organização da sociedade de uma forma dual, empresas e produção *versus* reprodução e consumo. A abordagem castelliana não conseguiu ir além da especulação sobre a equação uso e preço do solo, o que para Lefebvre é uma maneira muito simplista e reducionista, de fato não compreendendo o espaço e colocando-o de lado (Lefebvre , 1990, p. 64).

Crítica semelhante é feita por Gottdiener (1997). Para esse autor, Castells pensava que a teoria do espaço só poderia ser uma derivação de uma teoria geral da estrutura social, pois esta teria o primado da explicação, sendo o espaço um mero reflexo das interações entre o sistema ideológico, político e econômico, o que lhe permitiu apenas chegar à conclusão do urbano como unidade espacial de reprodução da força de trabalho.

3. Ponto de Chegada?

Outra vertente da análise marxista sobre o urbano é encontrada na obra de Lefebvre, e seu conceito de *produção capitalista do espaço* (Lefebvre, 1990, p. 64). Sem dúvida uma questão central para o desenvolvimento do pensamento de Lefebvre sobre o espaço urbano foram as novas formas que a espacialidade do urbano vinha assumindo na França da década de 1960. Como expresso pelo próprio autor, foi neste período que

a urbanização se tornou verdadeiramente volumosa, (...) e quando a cidade, Paris, explodiu completamente. (...) Havia muito poucos subúrbios em Paris; havia alguns, mas muito poucos. E então, de repente, a área inteira estava cheia, coberta com moradias pequenas, com cidades novas, Sarcelles e o resto. (Lefebvre, 1983).

O questionamento de Lefebvre primeiramente aponta para as limitações das abordagens marxistas até então vigentes, que, baseadas no estruturalismo, não eram capazes

de dar conta das condições mutantes da espacialidade capitalista do século XX. O Espaço teria se transformado numa força de produção, como a ciência, pois “o espaço e a política do espaço exprimem as relações sociais, mas reagem sobre elas” (Lefebvre, 1999: p. 26). A organização espacial representaria a hierarquia de poder, e sua organização seria, antes de tudo, um instrumento político de controle social pelo Estado, que o usa para promover seus interesses (Gottdiener, 1997: 128).

O ponto é a centralidade da questão espacial nas estratégias postas a funcionar pelo capitalismo para se reproduzir, ao fazer reproduzir suas relações de produção. Nesta direção, é possível perceber a urbanização, orientada pela ideologia que engessa o urbanismo modernista, como que cumprindo o papel de dirigir e organizar os eixos dessa reprodução, em processo que longe de ser natural ou sem intenções deliberadas, reflete uma conjuntura em que (Cunha et alli, 2003, p. 85) interveem ativamente, voluntariamente, classes ou frações de classes dirigentes que possuem o capital (os meios de produção) e controlam não somente o emprego econômico do capital e as inversões produtivas, como também, a sociedade inteira (...) (Lefebvre, 1973:29 apud Cunha et alli, 2003: p. 85).

Na perspectiva lefebvriana é o espaço e não mais a história que esconde, ou revela, a organização da sociedade (Soja, 1993). Mas tal perspectiva levanta uma questão: como propor uma análise realmente geográfica da sociedade sem cair no fetichismo espacial, ou meramente na descrição pura e simples como fora os Neoclássicos? Segundo E. Soja, a própria obra lefebvriana já fora tachada por marxistas de peso como Harvey e Castells como limitada e equivocada, ao tentar inverter a orientação da análise, não mais partindo do sociedade e de sua história, mas do espaço. Para os críticos, Lefebvre teria elevado a problemática espacial urbana a uma posição intoleravelmente central e aparentemente autônoma (Soja, 1993, p. 97). Entretanto, como reconhece E. Soja, é necessário não somente repensar o espaço através do marxismo, mas de modificá-lo, incorporando o espaço. Tal inversão se mostra evidente na obra lefebvriana, como a própria crítica de Castells aponta, Lefebvre, “partindo de um análise marxista do fenômeno urbano, ele desemboca, cada vez mais, (...) numa teorização urbanística da problemática marxistas” (Castells, 1983, p. 114).

Tentar construir uma teoria sobre o espaço a partir da obra de Lefebvre não é tarefa simples, até mesmo devido a profusão de conceitos para o termo *espaço* presentes na obra do autor, pois, para Lefebvre, o espaço não é vazio, ele sempre incorpora um significado (Dear, 1997, p. 49)¹.

¹ Como apontado por Dear (1997), em uma das principais obras de Lefebvre sobre a temática da produção do espaço, *La production de l'espace* (1974), é possível identificar uma grande variedade de conceitos para o termo *espaço*: Absoluto, abstrato, apropriado, capitalista, concreto, contraditório, cultural, diferenciado, dominado, dramatizado, epistemológico, familiar, instrumental, do lazer, da vida, masculino, mental, natural, neutro, orgânico, original, físico, plural, político, puro, real, repressivo, sensorial, social, socialista, socializado, estatal, transparente, adequado e da mulher (Dear, 1997: p. 49).

Diante do embaraço causado pela complexidade do pensamento lefebvriano – que não se restringe apenas ao pensamento sobre o urbano e se estende por várias esferas do viver humano – a opção de diversas pesquisas que têm o pensamento de H. Lefebvre como ponto de partida tem sido o de tentar realizar recortes na teoria. Um exemplo pode ser encontrado no trabalho de Costa (1999), que propõe o desenvolvimento dos conceitos lefebvrianos de *espaço abstrato* e *espaço social*, inspirados nas categorias marxianas de *valor de troca* e *valor de uso*. O primeiro seria o espaço da acumulação, que se sobrepõe ao espaço absoluto da idade média na passagem para o capitalismo, é o resultado da externalização de práticas econômicas e políticas que se originam com a classe capitalista e o Estado. O segundo, em oposição ao primeiro, seria o espaço de valores de uso produzidos pela complexa interação de todas as classes na procura da vida cotidiana.

Também é impossível deixar de notar as semelhanças entre os conceitos utilizados por Costa (1999) e os de *espaço das redes* e *espaço banal* da obra de Milton Santos (1996). Em ambos os casos os autores buscam destacar as possibilidades de superação do capitalismo, através das resistências construídas a partir da apropriação do espaço pela sociedade. Em um processo de desalienação da vida cotidiana através da práxis espacial, como resumiu Lefebvre: “mudar a sociedade, mudar a vida, nada significa se não houver produção de um espaço apropriado” (Lefebvre apud Gottdiener, 1997, p. 154).

Entretanto cabe reconsiderar a teoria lefebvriana sobre a produção do espaço e sua apropriação pelos estudos urbano-geográficos frente os desígnios da atual conjuntura, onde é cada vez mais presente a percepção de que dimensões do viver humano antes negadas, como a cultura, a subjetividade, a arte, o feminismo, o racismo, começam a ser resgatadas. Questões para as quais a ortodoxia marxista com suas explicações, às vezes simplistas, tendo como ponto de partida o modo de produção e as relação de classe “não serviria nem para começar a entender a questão” (Massey, 1994: p. 178).

Mas a teoria lefebvriana é suficientemente “fluida” para dar conta destas abordagens. Por exemplo, o conceito de lugar, como o defendido por D. Massey, busca incorporar essa dinâmica da diversidade em sua manifestação espacial. Para a autora, os lugares podem ser pensados como “momentos articulados em rede de relações e entendimentos sociais”, podendo ser conceituados em termos “das interações sociais que agrupam, então, essas interações em si mesmas não são coisas inertes, congeladas no tempo: elas são processos” (Massey, 1994, p. 184).

Mas como conciliar as diversas perspectivas de análise que se voltam para o local, para o fragmento do urbano, na tentativa de dar conta da diversidade das

manifestações do fenômeno urbano no mundo pós-moderno? Ao mesmo tempo em que geógrafos como Soja defende o resgate de antigos conceitos, como a interpretação da análise da espacialidade pós-moderna a partir de análise da paisagem²? Como descolar da análise centrada no empírico concreto, na análise das formas, sem que isso signifique cair numa abstração essencialmente desprovida do espaço? Ao caminhar em direção a análises pós-estruturalistas, que enfatizam as contingências em detrimento da estrutura econômica em suas explicações (Fainstein, 1997) a abordagem geográfica do urbano pode desaguar numa abordagem desprovida do espaço, ou não ser capaz de articular as diversas escalas de análise – local, regional, nacional e global.

Mesmo que se reconheça a universalidade presente no recorte espacial do urbano, e que, portanto, as indagações teóricas sobre essa escala também tiveram a pretensão de abarcar a sociedade como um todo, em suas múltiplas dimensões e escala. Faz-se necessário uma discussão sobre a questão da escala, e, portanto, se é pertinente e possível a transposição de tais teorias para outras escalas de análise.

A escolha de uma escala para análise funciona como um “filtro que empobrece a realidade, mas que preserva aquilo que é pertinente, em relação a determinada intenção”, condicionando “a natureza das observações quanto a imagem que deles se terá, quer ao nível descritivo, quer ao nível explicativo” (Racine et al. 1983, p. 124-25). Na interpretação de Iná Elias de Castro, estaríamos, portanto, diante de um dilema semelhante ao que se passa nas ciências biológicas, para as quais os experimentos científicos são obrigados a lidar cada vez mais com objetos, fenômenos e efeitos em escalas cada vez mais micro e cada vez mais macro, o que está conduzindo a uma reflexão sobre as possibilidades e limites de leis que regem fenômenos observados numa mesma escala para fenômenos observados em outra escala (Castro, 2000, p. 130). A autora sugere haver uma dualidade implícita no objeto de trabalho do Geógrafo: “o fenômeno e o recorte espacial ao qual ele dá sentido”. Portanto, “para o campo de pesquisa da Geografia não há recortes territoriais sem significado explicativo, o que há, muitas vezes, são construtos teóricos que privilegiam a explicação de fenômenos pertinentes a determinadas escalas territoriais” (Castro, 2000, p. 138-139).

Leituras do território em escala nacional a partir da noção de produção do território pelo Estado, como a efetuada por Becker (1991), mostram os limites da apropriação da teoria lefebvriana em sua integralidade. Nessa escala de análise trabalhos como o de B. Becker possibilitam uma interpretação dos fenômenos na perspectiva da produção do

² A paisagem tem uma textualidade que estamos apenas começando a compreender, pois só recentemente podemos vê-la por inteiro e lê-la com respeito a seus movimentos mais amplos e seus eventos e sentidos inscritos (Soja, 1993: p. 191).

território nacional, mas não se alcança a dimensão da apropriação do espaço social, ou a leitura do espaço banal. A mesma limitação também pode ser encontrada na leitura do espaço nacional, a partir do conceito de território, feita por Milton Santos e M. Laura Silveira (2001). O próprio Milton Santos reconheceu a limitação de sua investigação em se aproximar da realidade social, pois o livro possuía um nível de abstração alto, e que o nível intermediário de abordagem, entre a teoria geral e busca de uma teoria menor do Brasil, deveria “ser sucedido por outros níveis mais próximos do que as pessoas chamam realidade” (Santos, 2000, p. 116).

Outra tentativa de extrapolação da teoria lefebvriana para a escala regional e nacional tem sido feita a partir do conceito de “*tecido urbano*”, que não designaria, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Na atualidade este tecido estaria se proliferando, corroendo os resíduos de vida agrária (Lefebvre, 1999: p. 17). Uma tentativa de utilização deste conceito na análise regional foi feita por Monte-Mor (1994):

“o que Lefebvre chama de ‘zona urbana’ é, portanto, o estágio da urbanização que se encontra para além dos limites da ‘cidade industrial’, ainda que a englobando. Estende-se pelo espaço regional à medida que relações de produção e forças produtivas capitalistas criam as condições sócio-espaciais necessárias para a acumulação continuada. (...) A urbanização extensiva (...) representa, assim, a forma sócio-espacial dominante que marca a sociedade capitalista de Estado contemporânea em suas diversas manifestações, desde o centro dinâmico do sistema capitalista até – e cada vez mais – às diversas periferias que se articulam dialeticamente em direção aos centros e subcentros e subsubcentros...” (p. 170-171).

4. Avançar?

As tentativas de extrapolação para além das cidades colocam em evidência os limites da escala de análise original. As interpretações aqui apresentadas, apesar de terem partido de teorias nas quais os processos de apropriação do espaço urbano tem um grande peso, no máximo abordam a cidade enquanto funcionalidade, não sendo possível abarcá-la numa concepção de lugar enquanto espaço social, carregado de identidade e significação, preenchido por relações sociais num determinado tempo. Não são capazes, portanto, de se aproximarem da concepção lefebvriana de *formação econômico-social*, marcada pelo descompasso e desencontro nas relações sociais, não uniformes e de diferentes idades (Martins, 1996, p. 15).

É possível postular que o entendimento do espaço, do ponto de vista de sua apropriação, só é possível na escala do lugar? E, portanto, a perspectiva que estaria reservada às escalas mais amplas é a das análises baseadas no processo de produção e

reprodução ampliada do capital, centrado nas funcionalidades e fluxos e na percepção da homogeneização crescente dos espaços? Entretanto, como ressalta Roberto Lobato Corrêa,

“as duas escalas conceituais, a da rede urbana e a do espaço urbano não estabelecem uma dicotomia, cindindo o urbano em duas partes que não se tocam. Lembremo-nos que a dicotomia não é um dado do mundo real, mas uma deformação intelectual. A operação escalar não introduz essa visão deformada, geradora de dicotomia, mas, ao contrário, ressalta as ricas possibilidades de se analisar o mundo real, o urbano no caso, em dois níveis conceituais complementares” (2003: p. 136).

No mesmo sentido temos o posicionamento de Milton Santos, que em sua obra busca conciliar essas duas visões escalares. Ao defender que o *território usado* deve ser o objeto de análise da Geografia, o autor afirma que este pode se entendido em duas dimensões: as verticalidades (*espaço abstrato*, pontos distantes uns dos outros) e as horizontalidades (*espaço banal*, a contigüidade). Entretanto procura afastar qualquer tipo de interpretação dualista destas noções, pois, para o autor são “os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal, (...) mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes” (1996: p. 16).

Para além da questão epistemológica inerente à questão discutida neste texto, pode se pensar no papel político e ideológico que implica a escolha e privilégio dado a uma escala de análise. Não seria um bom exemplo o atual “modismo” dos estudos sobre o local, criando um *discurso competente* (Chauí, 1997) sobre a autonomia do local que mais serve para encobrir do que para ajudar na interpretação da realidade social. Nesta perspectiva pode se concordar, em certa medida, com a crítica feita pelos nacionalistas às análises do tipo local x global, assim apresentada por Vainer (2002):

“Ao escamotearem a escala nacional, globalistas e localistas de todos os tipos estariam fazendo o jogo da própria globalização, cujo ponto de ataque central, não por acaso, é o Estado nacional, única escala e instituição escalar em condições de viabilizar, suscitar, a construção de alternativas viáveis ao capitalismo simultaneamente globalitário e fragmentador” (p. 21).

Por isso as tentativas de extrapolação das teorias sobre o espaço urbano para outras escalas são bem vindas, mesmo que isso implique na seleção de aspectos da realidade a serem analisados, o que não significaria um empobrecimento da análise, mas uma adequação à escala analisada. Os impasses e as incertezas caracterizam a atual encruzilhada dos estudos urbano-espaciais, são marcas do fim de um período, tanto quanto cômodo, propiciado pelo enfoque estruturalista de análise, em que os “esquemas analíticos baseados na lógica da acumulação e do desenvolvimento capitalista pareciam ser suficientes para fornecer todo o suporte explicativo para a desigualdade sócio-espacial” (Costa, 1999: p. 11).

Referências

- BECKER, Bertha. 1981. *Modernidade e integração do território no Brasil da integração nacional à integração competitiva*. Espaço & Debates: Revista de estudos regionais e urbanos. A. 11 n. 32: 47-56, São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos.
- BURGESS, Ernest W. 1925. *The Growth of the City: An Introduction to a Research Project*. In: Park, Robert E., Burgess, Ernest W., McKenzie, Roderick D. *The City*. Chicago: The University of Chicago Press. (p. 47-62)
- CASTELLS, M. 1976. *Theory and ideology in urban sociology*. In: PICKVANCE, C. (ed). *Urban sociology*. Londres: Tavistock Publications.
- CASTELLS, M. 1983. *A ideologia Urbana*. In: *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (p. 97-123)
- CASTRO, Iná E. 2000. *O problema da escala*. In: CASTRO, I. E., Gomes. Paulo C. C. e CORRÊA, Roberto L. *Geografia: conceitos e temas*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. (p. 117-140)
- CHAUI, Marilena. 1997. *O Discurso Competente*. In: *Cultura e Democracia o discurso competente e outras falas*. 7ª ed., São Paulo: Cortez, 1997. (p. 5-15)
- CORRÊA, Roberto L. 2003. *Uma nota sobre o urbano e a escala*. In: *Revista Território*, Rio de Janeiro, a. 7, n. 11, 12 e 13, set./out., p. 133-136.
- COSTA, G. M. 1999. *Teorias sócio-espaciais: diante de um impasse?* In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 8, Porto Alegre, RS, 1999. Anais ... Porto Alegre: ANPUR, 1999. 1 CD-ROM (11 pags.)
- CUNHA, A. M. et alli. 2003. *O terror superposto: uma leitura lefebvriana do conceito de terrorismo e suas relações com o mundo contemporâneo*. LIMONAD, Éster (org.). *Entre a Ordem Próxima e a Ordem Distante: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre*. Niterói: UFF/GECEL, 2003. 1. CD-ROM (p. 69-97)
- DEAR, M. 1997. *Postmodern bloodlines*. In: BENKO, G. STROHMAYER, U. *Space & Social theory: interpreting modernity and postmodernity*. Oxford: Blackwell Publishers. (p. 49-71)
- FAINSTEIN, Susan. 1997. *Justice, Politics and the creation of urban space*. In: MARRIFIELD, A. e SWYNGEDOUW, E. *Urbanization of injustice*. New York: New York University, 1997. (p. 18-44)
- GARNER, B. 1975. *Modelos de Geografia Urbana e Localização de povoações*. In: Choerly, R. J., Hagggett, P. (org.) *Modelos Sócio-Econômicos em Geografia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Ed. da universidade de São Paulo (p. 124-177)
- GOTTDIENER, Mark. 1997. *A produção social do espaço urbano*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade.
- HOYT, H. 1939. *The structure and growth of residential neighborhoods in American cities*. Washington D. C.: United States. Federal Housing Administration.

LEFEBVRE, H. 1973. *El derecho a la ciudad*, trad. J. Gonzalez-Pueyo, 2ªed., Barcelona: Península.

LEFEBVRE, H. 1983. *Entrevista - Henri Lefebvre e a Internacional Situacionista* [Em linha] Disponível em: <http://www.notbored.org/lefebvre-interview.html> [Consultado 22 de junho de 2004]

LEFEBVRE, H. 1990. *Entrevista - Conversa com Henri Lefebvre*. Espaço & Debates: Revista de estudos regionais e urbanos. A. 10 n. 30: 61-69, São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos.

LEFEBVRE, H. 1999. *A revolução Urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

Martins, José. S. 1996. *As temporalidades da História na dialética de Lefebvre*. In: MARTINS, J. S. (org.) *Henri Lefebvre e o retorno a dialética*. São Paulo: Ed. Hucitec. (p. 13-24)

MASSEY, Doreen. 1994. *Um sentido Global de Lugar*. In: ARANTES, Antônio A. (org.). *O espaço da Diferença*. São Paulo: Papirus Editora, 1994. (p. 176-185)

MONTE-MÓR, Roberto L. 1994. *Urbanização Extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental*. In: SANTOS, M., SOUSA, Maria A. A., SILVEIRA, Maria L., *Território Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec/ ANPUR, 1994 (p. 169-181).

RACINE, J. E., Raffestin, C., Ruffy, V. 1983. *Escala e ação contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia*. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 45(1): 123-135, jan/mar.

REMY, J. e Voyê, L. 1976. *La ciudad y la urbanización*. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local.

SANTOS, Milton. 1996. *O retorno do território*. In: SANTOS, M., SOUSA, Maria A. A., SILVEIRA, Maria L., *Território Globalização e Fragmentação*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec/ ANPUR, 1996 (p. 15-20).

SANTOS, Milton. 2000. *Entrevista - Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. 2001. *O Brasil: território e sociedade no início do séc. XXI*. Rio de Janeiro/SP: Record.

SOJA, Edward W. 1993. *Geografias pós-modernas a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

VAINER, Carlos. 2002. *As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local?* Cadernos IPPUR, 2001-2 / 2002-1, Rio de Janeiro: IPPUR - UFRJ / DPA Editora, 2002. (p. 13-32)

VILLAÇA, Flávio. 1998. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Stúdio Nobel.

WIRTH, L. 1973. *O urbanismo como modo de vida*. In: VELHO, O. G. (org.) *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.